



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de CAPELINHA / 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Capelinha

PROCESSO Nº: 0047479-88.2011.8.13.0123

CLASSE: [CÍVEL] EXECUÇÃO FISCAL (1116)

ASSUNTO: [Ausência de Cobrança Administrativa Prévia]

EXEQUENTE: MUNICIPIO DE ANGELANDIA

EXECUTADO(A): CÍCERO GOMES DE MEIRA

SENTENÇA

Vistos.

CÍCERO GOMES DE MEIRA, por meio de seu procurador opôs exceção de pré-executividade em ID. [5006418011](#), em ação de execução fiscal movida contra si pelo MUNICÍPIO DE ANGELÂNDIA, todos nos autos qualificados.

Relata o excipiente acerca da ilegalidade da citação por edital, vez que não foram esgotadas todas as tentativas de localização dos executados, devendo portanto, ser declarada nula a citação editalícia. Subsidiariamente, alega a nulidade da citação por edital, uma vez que não foi nomeado curador especial ao executado. No mérito sustenta: a) excesso na execução; b) pedido de urgência, para fins de retirar a constrição que recaiu sobre o veículo de executado; c) o acolhimento da prescrição intercorrente por falta da efetiva citação válida.

O excepto deixou transcorrer o prazo sem manifestação, ID.5154953003.



É o relatório do quanto necessário.

Decido.

I- Da Nulidade da Citação Por Edital

Acerca da exceção de pré-executividade, esta tem lugar quando a alegação trazida pelo excipiente é de ordem pública ou de fácil constatação, sem a necessidade de dilação probatória.

A priori, verifica-se que o caso dos cinge-se acerca da legalidade/ilegalidade da citação por edital do executado.

Destaco que, atualmente, sendo esgotadas todas as possibilidades de localização da parte executada, é inviável a citação por edital, sob pena de violação ao devido processo legal, a ampla defesa e ao contraditório.

Conquanto, ressalto que na vigência do CPC/73, o requerimento pelo juízo de informações sobre o endereço do réu, antes da determinação de citação por edital, não era obrigatória. Portanto, sua ausência não torna, por si só, a citação nula.

Senão veja-se:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO POR EDITAL. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. NECESSIDADE DE EXAURIR OS MEIOS PARA TENTAR LOCALIZAR O DEVEDOR. DILIGÊNCIAS EFETUADAS PELA FAZENDA PÚBLICA. RECURSO DESPROVIDO. A citação por edital é possível desde que exauridas as modalidades previstas na Lei n. 6.830/30 (postal e mandado) e esgotadas as diligências para localizar o devedor de acordo com a Súmula 414 do STJ e a jurisprudência.

No presente caso, verifica-se que a Fazenda Pública realizou diligências para obter três endereços do executado durante o curso da Execução Fiscal, restando frustrada a citação em todos os endereços informados.

Na égide do CPC/73, a requisição pelo juízo de informações sobre o endereço do réu, antes da determinação de citação por edital, não era obrigatória. Logo, sua ausência não torna, por si só, a citação nula. Constatase, assim, que o exequente adotou as medidas necessárias antes de requerer a citação por edital, não devendo o ato ser declarado nulo. Recurso conhecido e desprovido. (TJMG-Agravo de Instrumento-Cv 1.0707.13.013008-1/001, Relator(a): Des.(a) Gilson Soares Lemes, 8ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 28/09/2018, publicação da súmula em 25/10/2018)



Todavia, *in casu*, entendo que o pedido realizado pela parte excipiente acerca da nulidade da citação por edital, vez que esta somente poderá ser considerada válida após esgotados os meios possíveis para devida localização do executado, merece amparo.

Isto porque, considerando a vigência do CPC/73 à época e nos termos do art. 8º da Lei nº 6.830/80, é cabível a **citação por edital** quando frustradas as tentativas de **citação por carta e por mandado**. Entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça nos autos do REsp 1.103.050/BA (submetido à sistemática do art. 543-C do **CPC/73**) e do enunciado da súmula nº 414 daquele Sodalício, o que não aconteceu no presente caso.

Denota-se que a parte exequente, ora excepto, não demonstrou, a contento, o esgotamento dos meios hábeis à localização do executado (tentativa de citação por carta e por mandado-art. 543-C do CPC/73), pelo que verifico a ocorrência de irregularidade na citação por edital.

Senão vejamos.

(...) O exequente pugnou pela citação do executado no endereço à Rua Tibúrcio Celestino de Almeida, nº 190, Centro, Angelândia, (ID.[3507441492](#)), restando-se infrutífera (ID..[3507441492](#)), conforme verifica-se do AR. Em seguida, o autor pugnou pela suspensão do feito em 2011 e 2012 (ID. [3507466393](#); [3507466398](#)), no intuito de localizar novo endereço do executado.

Conquanto, em que pese a ausência de qualquer diligência para ser encontrado o novo endereço do executado ou expedição de mandado de citação, a parte exequente manifestou aos autos em 2013, requerendo a citação por edital, ID.[3507466402](#), sendo seu pleito deferido, ID.[3507466403](#).

Por fim, foi realizada a citação por edital, ID.[3507466404](#) (...).

Portanto, compulsando os autos, verifica-se que não houve tentativa de citação **por mandado**, conforme previa o CPC/73, tampouco foram realizadas pesquisas pelo endereço da parte executada junto aos sistemas conveniados ao alcance deste juízo.

Além do mais, embora o CPC/73, vigente à época, não definia expressamente acerca das diligências necessárias para obtenção de endereço dos réus, é certo que, por representar medida excepcional, a citação por edital deve ser precedida de providências exaurientes voltadas à localização dos demandados.

Quanto a necessidade do esgotamento dos meios necessários à localização da parte executada, já se manifestou esse e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em caso idêntico aos autos, quando ainda estava em vigência o CPC/73:



APELAÇÃO CÍVEL - TRIBUTÁRIO - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - CITAÇÃO EDITALÍCIA DE TODOS OS SÓCIOS COOBRIGADOS - PESQUISA DE ENDEREÇO REALIZADA E ESGOTADOS OS MEIOS DE CITAÇÃO EM RELAÇÃO A APENAS DOIS SÓCIOS - VALIDADE DA CITAÇÃO EDITALÍCIA EM RELAÇÃO ESTES - AUSÊNCIA DE CITAÇÃO POR OFICIAL DE JUSTIÇA DOS DEMAIS SÓCIOS - MEIOS DE CITAÇÃO NÃO ESGOTADOS - NULIDADE DA CITAÇÃO EDITALÍCIA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - DEFENSORIA PÚBLICA - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 421 DO COL. STJ - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1- **É pacífico o entendimento jurisprudencial de que a citação editalícia na execução fiscal somente é cabível quando frustradas as demais modalidades de localização do devedor. Inteligência da Súmula 414 do Superior Tribunal de Justiça.** 2 - Frustrada a citação pessoal e tendo sido certificada a impossibilidade de encontrar dois dos sócios coobrigados, deve ser autorizada a citação por edital, conforme disposição do art. 8º, III, da Lei 6.830/80, mormente quando o contribuinte tem como obrigação, segundo o art. 127 do CTN, informar ao Fisco o seu domicílio tributário, mantendo atualizado o respectivo cadastro. Precedente do col. STJ submetido a sistemática do art. 543-C do CPC/73. 3 - **Não esgotados os meios de localização dos demais executados, notadamente porque não comprovada a impossibilidade de localização destes, por oficial de justiça, deve ser reconhecida a nulidade da citação editalícia em relação a dois dos sócios coobrigados.** 4- Como a Defensoria Pública Estadual faz parte da Administração Direta do ente estadual, configura-se o instituto da confusão entre credor e devedor, pelo que incabível a condenação do Estado de Minas Gerais ao pagamento de honorários advocatícios. Súmula 421 do col. STJ. 5- Recurso a que se dá parcial provimento. (TJMG- Apelação Cível 1.0000.21.091283-8/001, Relator(a): Des.(a) Sandra Fonseca , 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 17/08/2021, publicação da súmula em 23/08/2021) (destaquei)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO COMINATÓRIA. CITAÇÃO POR EDITAL. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS PARA LOCALIZAR O ENDEREÇO DA RÉ. NULIDADE CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. É nula a citação via edital efetivada sem a prévia comprovação de que foram esgotados todos os meios disponíveis para a localização da parte. **A citação por edital tem caráter excepcional, sendo vedado seu deferimento caso os meios de localização não tenham sido esgotados, pelo que deve ser anulado o processo, desde a citação a fim de que se diligencie, possibilitando aos réus o devido processo legal. Preliminar rejeitada.**



Recurso provido. (TJMG - Apelação Cível 1.0480.10.008363-7/001, Relator(a): Des. (a) Wander Marotta, 5ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 22/08/2019, publicação da súmula em 27/08/2019)

Nesse diapasão, **de rigor o reconhecimento da nulidade da citação editalícia efetivada no feito executivo.**

II- Da Prescrição Intercorrente

No que se refere à prescrição, cumpre registrar que o STJ possui entendimento pacífico no sentido de que a citação interrompe o curso do prazo prescricional.

No que se refere à prescrição, cumpre registrar que o STJ possui entendimento pacífico no sentido de que a citação da executada interrompe o curso do prazo prescricional, que deverá ser citada no prazo de 5 anos a contar da data da citação válida da parte executada.

Assim, em consequência da nulidade da citação editalícia, a prescrição é medida que se impõe.

Emerge dos autos que a CDA de ID.[3507441488](#), vencida em 08/08/2011, [3507441488](#).

Ajuizada a execução fiscal em 05/09/2011 a incidência da redação originária do artigo 174, I, do CTN, fez com que somente a citação válida pudesse ser considerada como suficiente para a interrupção da prescrição debatida.

Desta feita, haja vista que nulidade da citação por edital de 02/09/2013 (ID. [3507466404](#)), a efetiva integralização do devedor somente acabou por efetivada em 05/08/2021, ID. [5006418019](#), quando se apresentou espontaneamente nos autos.

Nesse sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO POR EDITAL. LOCALIZAÇÃO DO ENDEREÇO DO EXECUTADO. AUSÊNCIA DE DILIGÊNCIAS. SÚMULA 414 DO STJ. NULIDADE DA CITAÇÃO EDITALÍCIA. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ARTIGO 40 DA LEI DE EXECUÇÕES FISCAIS. EXTINÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO FISCAL. REQUISITOS. PREENCHIMENTO. SENTENÇA MANTIDA. I. Na execução fiscal, para que seja determinada a citação do executado por edital, torna-se necessário a demonstração de tentativas de localizar o seu atual endereço. II. Evidenciado que a Fazenda Municipal não moveu esforços no intuito de localizar o executado, deve ser declarada nula a citação por edital.

III. Observados os requisitos previstos no artigo 40 da Lei de Execuções



Fiscais, é de se reconhecer a prescrição intercorrente e extinguir o processo executivo fiscal.

IV. Nos feitos executivos, a inércia da parte credora em promover atos eficazes para localização de bens do devedor, por mais de 05 (cinco) anos, é causa para deflagrar a prescrição intercorrente. V. No caso, é patente a ocorrência da prescrição intercorrente, pois transcorridos mais de 08 anos, sem localização de bens passíveis de penhora. (TJMG - Apelação Cível 1.0702.06.301980-7/001, Relator(a): Des.(a) Washington Ferreira, 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 09/06/2015, publicação da súmula em 15/06/2015)

Logo, decorrido em muito o lapso prescricional quinquenal, a declaração da prescrição é medida que se impõe.

Deste modo, **ACOLHO** a exceção de pré-executividade para declarar a **NULIDADE DA CITAÇÃO EDITALÍCIA** de **CÍCERO GOMES DE MEIRA**, efetivada na execução, bem como **RECONHEÇO** a prescrição da pretensão executória e, por consequência, **JULGO EXTINTO** o presente feito, na forma do art. 924, inciso V, do Código de Processo Civil e art. 26 da LEF.

Custas e despesas processuais pelo excepto, isento consoante o artigo 10, I, da Lei Estadual nº 14.939/03.

Defiro ao excipiente os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil.

Publicar. Registrar. Intimar.

Após, ao arquivo judiciário com a devida baixa.

Capelinha, 25 de outubro de 2021.

Camila Gonçalves de Souza Vilela

Juíza de Direito

(Documento assinado eletronicamente pela Juíza)

Rua Capitão Domingos Pimenta, 19, Centro, CAPELINHA - MG - CEP: 39680-000

